

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Nathan Borges Santos

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR:
a relevância do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) na UFJF.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Humanas.
Orientador: Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Nathan Borges Santos**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202173099A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR: a relevância do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) na UFJF,, desenvolvido durante o período de agosto/2023 a outubro/2024 sob a orientação de MYLENE CRISTINA SANTIAGO, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Nathan Borges Santos

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR: a relevância do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) na UFJF.

Nathan Borges Santos¹

RESUMO

Este trabalho discute o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. O objetivo é compreender o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) no processo de permanência e sucesso de pessoas com deficiência, particularmente pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior. O método consistiu em analisar a importância dos NAIs no processo de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência, a partir de dados levantados por uma pesquisa em andamento, realizada pelo grupo de pesquisa Acessibilidade Curricular e Inclusão em Educação (ACINC) da Faced de Educação. Os resultados indicam que os NAIs têm realizado um importante trabalho no processo de inclusão dos mencionados estudantes, na UFJF identificamos que o NAI oferece o trabalho de monitoria especializada para apoiar tais estudantes, todavia necessita de promover a intersetorialidade para ampliar políticas e ações voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, pessoas com deficiência foram excluídas e segregadas pela sociedade, no período da antiguidade, o extermínio e abandono de pessoas com deficiência era em grande parte aceito. Com o advento da igreja católica na idade média, os indivíduos com deficiência passaram a ser considerados “portadores de alma” e por isso, não deveriam mais ser sacrificados. O tratamento de pessoas com deficiência era melhor do que na antiguidade, mas as instituições que surgiram na época ainda as excluíam da sociedade. No período da contemporaneidade, o trabalho de pesquisadores como Leo Kanner trouxe a percepção de que pessoas com autismo precisavam ser “reabilitadas”. No final do século XX surgiu a ideia de que a dificuldade de pessoas com deficiência sofrem mais barreiras de acessibilidade atitudinal entre outras, que aquelas impostas pelas condições biológicas. (BARBOSA, GOMES, 2019)

Após breve relato histórico, podemos considerar que hoje, o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é um tema de grande importância com grandes desafios e obstáculos a serem superados para garantir o acesso e a permanência desses estudantes no meio acadêmico.

Em dezembro de 2006 ocorreu uma Assembleia Geral para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, que originou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, considerada um marco para muitos militantes da justiça e equidade social e para seu público destinatário. Com a temática do direito das pessoas com deficiência elevado à categoria de tratado do direito internacional, a Convenção surgiu para promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação dos cidadãos e cidadãs do mundo que apresentam alguma deficiência.

No Brasil esta Convenção teve forte impacto, resultando no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, utilizando pela primeira vez o §3º do artigo 5º do texto Constitucional. O que isto significa? Que a Constituição Federal passa a ter um capítulo inteiro dedicado às pessoas com deficiência, ou seja, o Estado brasileiro passa a se comprometer diante do cenário internacional e internamente, a eliminar barreiras, relacionadas tanto a atitudes quanto ao ambiente, que possam impedir a

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Mylene Cristina Santiago

participação plena e efetiva dos cidadãos com alguma deficiência na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2016).

Em conformidade com a política adotada, ainda em 2008 foi apresentada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que destaca:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p.1)

Esta Política representa um marco histórico, pois a partir de então a Educação Especial deixa de ser um sistema paralelo, passando a assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir:

acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Outro marco importante a ser mencionado, se trata da Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015, que dedica o capítulo IV exclusivamente ao direito à da pessoa com deficiência à educação, assegurando estratégias pedagógicas, curriculares e de acessibilidade que garantam acesso e permanência dos estudantes em todas as etapas da educação.

Em 2016, após o estabelecimento da lei nº 12.711 em 2012, a Lei de cotas foi ampliada para pessoas com deficiência, com a sanção da lei nº 13.409. Esta lei compreende não só o ensino superior público, como também instituições federais de ensino técnico de nível médio. Esta política provocou aumento expressivo do índice de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior e tem levado diferentes pesquisadores a problematizar formas de acesso e permanência deste público na universidade. De acordo com Amorim, Antunes e Santiago (2019, p. 337)

Com as iniciativas legais de ampliação do acesso de PCD no Ensino Superior e a chegada dessas pessoas à universidade, emergem nesse contexto situações que nos levam a compreender o quanto é necessário que, nesse segmento de ensino, ocorram mudanças para que as políticas, culturas e práticas institucionais passem a considerar as especificidades das PCD. Tais mudanças passam por diferentes níveis, da gestão institucional até às salas de aula, nas políticas de pesquisa e extensão, nas modificações estruturais e arquitetônicas, na promoção de acessibilidade informacional e comunicacional, entre muitas outras.

A partir deste conjunto de legislações e políticas públicas voltadas para a inclusão de estudantes na educação básica e no ensino superior, houve significativo crescimento no acesso de estudantes com deficiência nas universidades e para apoiar o processo de permanência e acessibilidade, os NAI têm realizado um importante trabalho na construção de políticas de acessibilidade e inclusão nos espaços acadêmicos.

Neste trabalho buscaremos compreender o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) no processo de permanência e sucesso de pessoas com deficiência, particularmente pessoas com Transtorno do Espectro Austista (TEA) no ensino superior.

Pessoas com TEA no ensino superior: um pouco da minha história

Início esta seção apresentando minha trajetória e desafios durante o processo de educação básica e, atualmente, como aluno matriculado no curso de Bacharelado Interdisciplinar de Humanas na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Na trajetória da minha vida, eu me lembro de ter mudado de escola várias vezes. Os colégios que eu frequentei desde que me mudei para Juiz de Fora foram; Saci, Equipe, Paineiras e por fim o colégio que me dei melhor, o Degraus. O que eu mais gostava no ensino médio e fundamental, eram as aulas relacionadas à Ciências Humanas. Eu também gostava de aulas de linguagem como Inglês e Literatura. Eu nunca fui necessariamente popular nas turmas que eu fiz parte, mas eu sempre tive boas amizades com alguns colegas de classe. As Minhas aulas menos favoritas eram as de Ciências Exatas, principalmente química, que mesmo eu gostando dos professores, eu sinto que nunca consegui entender propriamente a matéria.

Os colegas de classe que eu não gostava tendiam a ser os “palhaços da turma” por que eu achava eles barulhentos e irritantes. Os meus professores favoritos tendiam a ser os mais extrovertidos e que incentivavam a conversa em sala sobre a matéria, enquanto os que eu menos gostava eram os mais rígidos.

Depois que eu terminei o Ensino Médio eu não consegui passar no primeiro ENEM que fiz e não fui bem no PISM. por um ano fiz um curso específico para realizar o ENEM do Colégio CAVE. Quando eu fiz o segundo ENEM, a Minha nota final me forneceu a chance de escolher entre o Curso letras ou o de Ciências Humanas, Eu escolhi o Bacharelado de Ciências Humanas simplesmente por que eu gostava mais de Humanas no Ensino Médio e Fundamental.

O primeiro semestre que fiz ocorreu ainda no período da quarentena e por isso todas as aulas foram online. Durante este tempo eu tive muita dificuldade em prestar atenção nas aulas e realizar os trabalhos. No segundo período eu voltei a ter aulas presenciais e minha família e o NAI passaram a vigiar mais o meu desempenho. desde então consegui aprender mais durante as aulas e realizar as atividades a tempo. Desde que eu entrei para a Universidade, eu tenho tido dificuldade em fazer amizades, mas eu sinto que em atividades em grupo eu tive uma interação boa com os colegas de classe para contribuir para o trabalho. Os professores universitários são bons a maior parte do tempo e conseguem ensinar a matéria enquanto dão espaço para discussão.

Desde que entrei para a Universidade, o NAI tem me fornecido ajuda montando calendários, avisando sobre atividades que estão próximas e marcando reuniões com os docentes para falar sobre minha síndrome de Asperger e Déficit de atenção. O NAI tem sido um importante espaço para promover e apoiar estudantes PCDs, no que tange a necessidades curriculares, didático pedagógicas juntos aos docentes entre outros recursos que podem contribuir com o sucesso e permanência no ensino superior.

Núcleos de Acessibilidade e Inclusão: a relevância do papel no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior

Os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão têm se constituído como espaços referendados para apoiar o processo de inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades educacionais nas IFES. A constituição de tais Núcleos têm sua origem a partir de 2005, com o lançamento do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), que propunha ações para garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2005, n.p.)

Em 2013, a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com os objetivos de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais criam um documento com o propósito de orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior.

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes. (BRASIL, 2013, n.p.).

Conforme o documento em destaque as ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade, se estruturam com base nos seguintes eixos: a) infra-estrutura; b) currículo, comunicação e informação; c) programas de extensão; d) programas de pesquisa.

O Grupo de Pesquisa Acessibilidade Curricular e Inclusão em Educação (ACINC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora está realizando uma pesquisa, desde o ano de 2021, sobre o Ensino Remoto Emergencial: o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Através dos dados coletados por esta pesquisa, ainda em andamento, que tange às universidades federais do Estado de Minas Gerais, percebemos que tais Núcleos têm assumido papel muito relevante no processo de inclusão de estudantes com deficiência. A partir do acesso aos dados da pesquisa acima mencionada, apresentaremos a título de exemplo, algumas ações implementadas pelos NAI no âmbito das universidades mineiras.

Na Universidade Federal de Alfenas, o NAI realizou múltiplas atividades de maior acessibilidade e inclusão no ano de 2020. Primeiro foi lançada uma cartilha de acessibilidade pedagógica para os professores devido ao período emergencial. Outra medida foi o uso de sites como Youtube e Instagram para discutir sobre tópicos como o ensino emergencial e o conceito de inclusão.

Na Universidade Federal de Itajubá, o Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) ao invés de uma cartilha, fez um webinar chamado “Há lugar para a Educação Inclusiva de pessoas com deficiências no ensino remoto durante a pandemia?”. Também foram feitas atividades como: palestras; Setembro Azul, seminários e encontros de pessoas com deficiências. Além disso, o NEI fez uso do Facebook e do Instagram para conscientizar as pessoas sobre a importância da inclusão.

O Núcleo de Acessibilidade na Universidade Federal de Lavras existe dentro da Coordenadoria de Acessibilidade e Esportes. Este programa conta com monitores que se responsabilizam por acompanhar alunos com deficiências de qualquer tipo, e garantir que tanto os estudantes quanto o ambiente universitário sejam adaptados às dificuldades que o aluno com deficiência enfrenta.

O NAI da Universidade Federal de Minas Gerais oferece serviços como Acompanhamento Pedagógico e a produção de materiais em múltiplos formatos. O núcleo também fez uma cartilha sobre formas de melhorar a acessibilidade no período de ensino remoto.

Na Universidade Federal de Ouro Preto, o NEI desenvolve atividades com a ajuda de pedagogos, intérpretes e monitores de acompanhamento, com o objetivo de tratar questões relacionadas a acessibilidades do ambiente e as metodologias. O Núcleo de Educação Inclusiva também fez uso de plataformas da Internet como o Youtube e o Instagram com o intuito de fazer podcasts que conscientizassem as pessoas sobre a relevância da inclusão e como torná-la possível.

O núcleo responsável pela inclusão de deficientes na Universidade Federal de São João del-Rei é o “setor de inclusão e acessibilidade da ufsj(sinac)”. este núcleo é responsável por múltiplas medidas como por exemplo: realizar anualmente em setembro um seminário sobre a inclusão no ensino superior; múltiplas entrevistas com os discentes com alguma deficiência ao longo dos seus cursos para identificar os problemas que eles estão lidando; fornecer treinamento de integração para alunos deficientes no primeiro mês de ingresso; gerir as salas de recursos com a ajuda do NACE; fornecer ajuda aos projetos relacionados ao desenvolvimento de tecnologias assistivas; incentivar as publicações de pesquisas, práticas e experiências relacionadas a inclusão; fornecer anualmente um relatório sobre as ações e os resultados concretizados para a reitoria, e talvez do site da universidade; e por fim, durante a realização das rotinas do setor, continuar com a assessoria de um psicólogo ou o bolsista do curso de psicologia.

A Universidade Federal de Uberlândia conta com o DEPAE (Divisão de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial) que busca propiciar políticas de acesso ao ensino superior e ao conhecimento, a permanência e o atendimento dos acadêmicos, seus professores, e os servidores com deficiência na universidade. Durante a pandemia, o DEPAE realizou lives, divulgação sobre educação inclusiva, webinar e curso de LIBRAS.

A Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas na Universidade Federal Viçosa apoia e orienta a comunidade acadêmica na eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais e comunicativas. No período emergencial, a unidade produziu materiais de apoio mostrando para os professores e alunos como se organizar e desenvolver estratégias de estudo

Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, o Serviço de acompanhamento Pedagógico Discente (SAPED) usa o Processo Seletivo Simplificado para arranjar um monitor para os alunos com necessidades especiais. No período da quarentena preparou materiais em um canal do Youtube.

O NACI da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha oferece itens feitos para ajudar estudantes com alguma deficiência (Muletas, calculadoras sonoras e gravadores). No período emergencial, a única forma de apoio identificada foi a seleção de tradutores e intérpretes de LIBRAS e português.

Percebemos que cada Núcleo tem denominação e características próprias e se estrutura conforme os contextos locais e institucionais, oferecendo serviços e apoio conforme suas políticas e especificidade de seu público.

Nesta seção pudemos identificar o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão nas universidades federais de Minas Gerais, a seguir apresentaremos o caso da UFJF, no que tange ao processo de inclusão de estudantes com autismo.

Núcleo de Apoio à Inclusão da UFJF: breve apresentação

A UFJF participou de duas edições do Programa Incluir realizando ações voltadas para a sensibilização da comunidade acadêmica para a questão da inclusão no Ensino Superior e para modificações estruturais no Campus, para melhorar as condições de acessibilidade arquitetônica. Uma das ações desse programa, que merece destaque, foi a criação da Coordenação de Acessibilidade Educacional, Física e Informacional (Caefi). Durante alguns anos, essa coordenação esteve à frente de projetos e ações que visavam possibilitar a permanência dos estudantes com deficiência na UFJF (AMORIM, ANTUNES, SANTIAGO, 2019).

Em agosto de 2018, a UFJF formalizou a criação do seu Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), em reunião do Conselho Setorial de Graduação (Congrad). A iniciativa visa a elaboração de políticas e práticas de apoio à acessibilidade e à inclusão, articulando os trabalhos que já haviam sido iniciados em três setores: Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proae).

O NAI tem como objetivo construir e implementar políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades e superdotação, buscando atender discentes, docentes e técnico-administrativos, inclusive promovendo atividades de capacitação.

Durante o período da pandemia foi criado o Projeto de Monitoria Especializada visando garantir o acesso e a participação dos estudantes com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento nas aulas e atividades remotas. Os monitores, selecionados através de edital, têm como atribuição prestar apoio nas disciplinas que possuem alunos nas condições acima, com demandas específicas do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Além desta ação, o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) organizou orientações através de lives e cartilhas, com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que se trata de uma abordagem curricular que procura reduzir os fatores de natureza pedagógica e curricular que poderão dificultar o processo de ensino e de aprendizagem, assegurando assim o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos.

Após breve contextualização sobre o trabalho desenvolvido pelo NAI da UFJF, buscarei apresentar o processo de inclusão e de acessibilidade na UFJF a partir de minha trajetória de estudante com diagnóstico de TEA.

Considerações Finais

Este trabalho buscou compreender o papel dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) no processo de permanência e sucesso de pessoas com deficiência, particularmente pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior.

Buscamos compreender a relevância e o papel dos NAIs em diferentes Ifes Mineiras, a partir de dados levantados pela pesquisa Ensino Remoto Emergencial: a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, realizado pelo Grupo de Pesquisa Acessibilidade Curricular e Inclusão em Educação (ACINC) da Faculdade de Educação da UFJF. A partir destes dados ficou evidenciado o importante papel destes núcleos, no

entanto, percebemos a necessidade de intersetorialidade para apoiar o processo de inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência nas universidades.

O NAI da UFJF é recente em comparação com outros núcleos e tem realizado o trabalho de monitoria especializada, que envolve o acompanhamento acadêmico de estudantes PCDs na trajetória universitária, essa sido uma importante ação, mas é necessário ouvir os estudantes para pensar novas possibilidades para vencer barreiras ainda existentes no ensino superior.

Por fim, apresento meu relato pessoal, mencionando minha trajetória enquanto estudante com diagnóstico de asperger e concluinte do curso de Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

Referências

AMORIM, C. C.; ANTUNES, K. C. V.; SANTIAGO, M. C. Inclusão no ensino superior: um processo em pauta na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 334–348, 2019. DOI: 10.30715/doxa.v21i2.13104. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13104>. Acesso em: 14 maio. 2024.

BARBOSA, Heloisa Fonseca; GOMES, Adriana Leite Limaverde. **A inclusão de pessoas com autismo no ensino superior: percepções discentes sobre o ingresso à universidade**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Fortaleza. Anais eletrônicos. Campina Grande: Realize Editora, 2019. P. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/58539>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Ministério da Justiça e Cidadania Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto Executivo nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.